



Cuiabá/MT, 19 de janeiro de 2012.

Notícias / *Ciência & Saúde*

19/01/2012 - 10:40

Prefeitura de Cuiabá inicia processo licitatório para construção de duas Unidades de Pronto Atendimento

Da Assessoria

A prefeitura de Cuiabá realizará na manhã desta quinta-feira (19-01) a contratação da empresa de engenharia para a construção de duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), que serão implantadas em Cuiabá nos bairros Pascoal Ramos e Morada do Ouro.

O valor previsto para a construção de cada UPA está orçado em R\$ 3.702.177,48, e R\$ 3.847.176,76, respectivamente, sendo investimentos do Governo Federal e recursos da Prefeitura de Cuiabá.

O valor será repassado em três etapas: primeiramente o Governo Federal disponibilizará R\$ 260 mil para cada UPA, para a fase de projetos; após esta etapa, disponibiliza R\$ 1.690.000,00 (1 milhão 690) para a obra, isto é, construção do prédio; na terceira e última etapa serão liberados R\$ 650 mil, recursos destinados a equipar cada unidade com móveis, materiais, uniformes e os requisitos necessários para que as unidades entrem em funcionamento.

Quatro empresas realizaram a visita técnica e podem se habilitar para participar do processo licitatório, são elas: "Planeje Projetos, Engenharia e Construção", "Construtora Sol", "Prosper Engenharia e Construção" e "XNova Fronteira".

Construção.

O prazo previsto para a construção e conclusão das UPA's é de oito meses e iniciará quando o processo licitatório for concluído.

Bairros beneficiados.



Com uma população estimada em 152,930 habitantes, a UPA do bairro Pascoal Ramos atenderá os 34 bairros da região e o distrito industrial.

No bairro Morada do Ouro, também chamada de UPA CPA, serão 25 bairros atendidos e uma população estimada em 192,643 habitantes.

<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Prefeitura de Cuiaba inicia processo licitatorio para construcao de duas Unidades de Pronto Atendimento&edt=34&id=231883>

Notícias / Ciência & Saúde

18/01/2012 - 19:00

Portaria do MS determina uso do cartão SUS

Da Assessoria/ Secom Cuiabá

Por deliberação da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e de Atenção à Saúde, foi baixada a Portaria nº 763, referente ao preenchimento obrigatório do número do Cartão Nacional de Saúde (SUS) do usuário, no ato do registro de procedimento ambulatorial e hospitalar. A orientação da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá (SMS) é para que os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que não dispõem desse documento, procurem o órgão de imediato.

Segundo o secretário Adjunto da SMS, Euze Márcio Carvalho, atualmente os cartões vêm sendo emitidos na sede central da Secretaria, processo que será expandido posteriormente às policlínicas do município. Ele orienta, para que as pessoas tenham sempre esse cartão disponível para melhor agilidade dos serviços de atendimento, posto que o documento contém vários dados cadastrais importantes. "Isso facilita em muito para os pacientes e para as unidades hospitalares".

A determinação de obrigatoriedade do uso do cartão SUS, com base na Portaria do Ministério da Saúde, é para que o órgão tenha controle exato do número de pacientes atendidos pelo sistema nas respectivas áreas clínicas.



Na eventualidade de determinado paciente aportar numa das unidades do SUS sem o cartão, afirma Euze, "naturalmente que será atendido, mas o município não contabilizará este atendimento médico. Consequentemente não sendo ressarcido pela União".

Euze adianta que outras informações relacionadas à nova portaria serão divulgadas oportunamente, a exemplo das demais unidades que estarão credenciadas para cadastrar os usuários do SUS e fornecer o cartão.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Portaria do MS determina uso do cartao SUS&edt=34&id=231755](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Portaria%20do%20MS%20determina%20uso%20do%20cartao%20SUS&edt=34&id=231755)

Notícias / Ciência & Saúde

18/01/2012 - 10:54

Atividades econômicas relacionadas à saúde geraram R\$ 173,3 bilhões em 2009

Agência Brasil

As atividades econômicas relacionadas à saúde no Brasil geraram, em 2009, R\$ 173,3 bilhões. Embora o volume represente um crescimento de 2,7% em relação ao ano anterior, houve diminuição no ritmo de expansão. Em 2008, a renda gerada por essas atividades havia totalizado R\$ 154 bilhões, com aumento de 5,9% em relação a 2007.

Os dados, divulgados hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fazem parte da pesquisa Conta Satélite de Saúde.

O setor de saúde pública foi o que apresentou a maior geração de renda, 33,8% do total; seguido por outras atividades relacionadas com atenção à saúde - categoria que inclui clínicas privadas, ambulatórios, centros de diagnósticos, entre outros - com 19,9%; e pelo comércio de produtos farmacêuticos, ortopédicos e odontológicos (12,7%).

Ainda de acordo com o estudo, a participação das atividades de saúde no total de renda gerada na economia brasileira em 2009 foi de 6,2%, pouco mais do que os 6% observados um ano antes.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Atividades economicas relacionadas a saude geraram R 1733 bilhoes em 2009&edt=34&id=231667](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Atividades%20economicas%20relacionadas%20a%20saude%20geraram%20R%201733%20bilhoes%20em%202009&edt=34&id=231667)

Notícias / Ciência & Saúde



18/01/2012 - 10:38

No Brasil, gastos com saúde em 2009 chegaram a R\$ 283,6 bilhões

Agência Brasil

As despesas com consumo de bens e serviços de saúde no Brasil atingiram R\$ 283,6 bilhões em 2009. Este valor, que inclui gastos das famílias, do governo e de instituições sem fins lucrativos, correspondeu a 8,8% do Produto Interno Bruto (PIB) naquele ano e aponta um aumento de participação do setor em relação a 2008, quando essas despesas representavam 8,3% do PIB. Em 2008, os gastos com saúde totalizaram R\$ 251,2 bilhões.

De acordo com a pesquisa Conta Satélite de Saúde, divulgada hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse movimento pode ser explicado, em parte, “pela queda do PIB em volume nesse ano. Com isso, os gastos com saúde passaram a mobilizar uma parcela maior do PIB, por serem relativamente inelásticos”.

O documento também destaca que o aumento do consumo por parte da administração pública contribuiu para o ganho de participação do setor em relação ao PIB. Em 2008, o governo gastou R\$ 107,4 bilhões com bens e serviços de saúde (3,5% do PIB), passando para R\$ 123,6 bilhões em 2009 – fatia de 3,8% do PIB.

Enquanto isso, os gastos das famílias e das instituições sem fins lucrativos (igrejas, sindicatos e organizações não governamentais - ONGs) passaram de 4,7% (R\$ 143,8 bilhões) para 4,9% (R\$ 160 bilhões) do PIB.

Ainda segundo o levantamento, as despesas públicas per capita com consumo de bens e serviços de saúde foram de R\$ 645,27 em 2009. Já as despesas per capita privadas foram de R\$ 835,65 no mesmo ano.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=No_Brasil_gastos_com_saude_em_2009_chegaram_a_R_2836_bilhoes&edt=34&id=231665

Notícias / Ciência & Saúde

19/01/2012 - 17:00

Prefeitos vão se mobilizar para garantir mais recursos para a Saúde



Da Assessoria

A lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff que regulamentou a Emenda 29 não acrescentou mais recursos no orçamento da Saúde e isso causou grande preocupação aos prefeitos. Um dos motivos é que a fixação do percentual de 10% do orçamento da União que estava na proposta original do ex-senador, Tião Viana, foi eliminada. Essa exigência garantiria a elevação dos gastos do governo federal com Saúde.

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Meraldo Figueiredo Sá, disse que a mobilização dos prefeitos este ano terá como um dos principais focos as dificuldades das prefeituras na gestão da saúde pública. “Sabemos que a Saúde não é obrigação somente dos municípios. Vamos continuar mostrando para a sociedade que os recursos estão concentrados na União”, assinalou.

Meraldo salientou que, mesmo sem condições financeiras, as administrações municipais não aplicam somente 15% da arrecadação no setor, conforme estabelece a legislação. Essa constatação é confirmada pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, que lamenta a frustração causada para os municípios que esperavam um aumento significativo dos recursos da Saúde, através da contribuição da área federal. “Os prefeitos têm, há muitos anos, bancado até 23% dos orçamentos municipais, enquanto a lei determina 15%, para cobrir o que os Estados e a União deixam de aplicar em programas e ações de saúde”, reitera. Ao mesmo tempo lamenta a despreocupação e falta de prioridade demonstrada pelo governo.

Dos 15 vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei Complementar 141/2012, Ziulkoski destaca o trecho que previa que a verba federal para a Saúde fosse alterada sempre que houvesse uma revisão do Produto Interno Bruto (PIB). “Essa decisão contribui para que o gasto da União permaneça igual nos próximos anos, o que mantém o subfinanciamento do setor”, adianta.

As novas regras terão que ser cumpridas imediatamente, com municípios investindo 15% e os Estados 12% de suas receitas líquidas. Através de estudos e levantamentos, a CNM tem mostrado que a grande maioria dos municípios gasta bem acima do que é determinado. O mesmo não acontece com muitos estados, segundo os mesmos estudos e até informações do ministério da Saúde.



De acordo com a CNM, o percentual já existe desde a promulgação da Emenda 29, em setembro de 2000, mas alguns Estados vêm usando manobras fiscais para alcançar a meta. Mas, acredita-se que a partir da regulamentação da lei a “maquiagem” não será mais permitida.

O Ministério da Saúde diz que possui dados consolidados até o ano de 2008, quando quatro Estados teriam ficado abaixo dos 12%: Rio Grande do Sul (6,53%), Paraná (9,79%), Espírito Santo (10,24%) e Mato Grosso (11,24%). Essa situação não teria mudado.

A CNM apurou os totais gastos pela União, Estados e Municípios no período de 2000 a 2009. A pesquisa mostra que o governo federal deixou de investir R\$ 18,1 bilhões; os Estados, R\$ 7 bilhões e os Municípios gastaram R\$ 103 bilhões a mais do que determina a Emenda 29. Agência de Notícias da AMM/ Agência CNM.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Prefeitos_vao_se_mobilizar_para_garantir_mais_recursos_para_a_Saude&edt=34&id=231892

Notícias / Ciência & Saúde

19/01/2012 - 18:01

UPA's serão auxiliares importantes no atendimento, afirma secretário

Da Assessoria/ Secom Cuiabá

As duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) que serão construídas em Cuiabá, nos bairros Pascoal Ramos e Morada do Ouro, serão peças importantes para reduzir demandas dos casos de urgência e emergência no setor público de saúde da capital. A avaliação é do secretário Municipal de Saúde (SMS), Lamartine Godoy Neto.

Para Godoy as UPA's serão serviços diferenciados nas áreas de urgência e emergência. “Isto irá desafogar os atendimentos prestados nas demais unidades do município, Pronto Socorro de Cuiabá (PSM) e policlínicas”.

Lamartine calcula que as futuras UPA's - que devem ser operacionalizadas dentro de oito meses - representam a expectativa da população, para que o atendimento ocorra de maneira ágil, fator importante para o salvamento de vidas, na maioria das ocorrências.



Respectivamente, as novas unidades foram orçadas em R\$ 3.702.177,48 (Pascoal Ramos) e R\$ 3.847.176,76 (Morada do Ouro), investimentos procedentes da ala federal, com participação da Prefeitura de Cuiabá, recursos próprios.

Conforme o superintendente de Atenção Hospitalar da Saúde, Fábio Liberalli, as UPA's têm por característica promover uma assistência de maior complexidade, capacidade e resolutividade. "O atendimento diário de cada UPA pode chegar a 300 pacientes. Com isso, o PS tende a se tornar referência para exercer sua função original, a de urgência e emergência hospitalares".

Segundo a coordenadora de Atenção Secundária, Michele Kim, a previsão é que sejam seis médicos plantonistas em cada UPA e 18 leitos de observação 24 horas/ dia. "As UPA's atuam com a finalidade de promover o atendimento (estabilização) para casos de urgência e emergência. Na sequência, conforme a gravidade do paciente, ele é encaminhado para uma unidade especializada", explicou.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=UPAs_serao_auxiliares_imp_ortantes_no_atendimento_afirma_secretario&edt=34&id=231958

Notícias / Ciência & Saúde

20/01/2012 - 10:57

Ansiolíticos são as drogas controladas mais vendidas no Brasil

GI

Os remédios ansiolíticos, usados para controlar a ansiedade e a tensão, lideram um ranking de drogas controladas divulgado em janeiro por um serviço da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Os princípios ativos clonazepam, bromazepan e alprazolam lideram a lista, que reúne dados desde 2007 até 2010. No mercado, eles são conhecidos principalmente pelos nomes Rivotril, Lexotan e Xanax. Todos são remédios da família dos benzodiazepínicos.



O número de caixas de clonazepam vendidas chegou a 10,5 milhões em 2010, mais que a soma das unidades de bromazepam (4,4 milhões) e de alprazolam (4,3 milhões) distribuídas no mesmo período.

No período de 4 anos, dados de 166 princípios ativos foram acumulados pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), serviço ligado à Anvisa que realizou o levantamento.

As três drogas estão na lista B1 de remédios controlados, que reúne as substâncias psicotrópicas -- que interferem no sistema nervoso central e podem causar dependência química. Para que uma pessoa possa comprar estas medicações, é necessário apresentar um receituário azul, oferecido por um profissional da saúde que solicitou o direito de prescrição junto à Anvisa.

Em 2009, a quarta medicação controlada mais vendida foi a sibutramina, uma droga usada no combate à obesidade e que esteve no centro dos debates sobre o uso de emagrecedores em 2011, quando o governo restringiu o uso de inibidores de apetite no país. Atualmente, esta droga se encontra na lista B2, de substâncias psicotrópicas anorexígenas.

Levantamento

As farmácias cadastradas na Anvisa e que participam do SNGPC totalizaram 41.032 em 2010. Dessas, 35.213 são locais que não manipulam as substâncias que vendem.

Cada estabelecimento envia arquivos ao sistema com dados sobre a venda de drogas controladas. Em 2010, em média cada farmácia ou drogaria enviou 101 arquivos ao sistema, totalizando 86.538 recebidos e aceitos por semana.

A discrepância entre os dados oferecidos e aqueles que são considerados pelo SNGPC como válidos para as estatísticas diminuiu nos últimos dois anos analisados pelo boletim. Em 2010, o índice de aceitação dos arquivos chegou a 84,7%.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Ansioliticos_sao_as_drogas_controladas_mais_vendidas_no_Brasil&edt=34&id=232102

POLÍTICA / CONTENÇÃO DE DESPESAS

20.01.12 | 07h45 - Atualizado em 20.01.12 | 13h01

Contratações no Estado, só com o aval do governador

Decreto prevê contenção total de despesas nos gastos públicos para economizar R\$ 1 bilhão

Secom/MT



Governador Silval Barbosa decreta controle das contratações, para evitar desperdícios aos cofres

**RAFAEL COSTA
DA REDAÇÃO**

Diante da proposta de cortar despesas na ordem de R\$ 1 bilhão em 2012, para cobrir déficit nas contas públicas, o governador Silval Barbosa (PMDB) decretou que qualquer contratação por parte dos órgãos públicos depende de sua prévia autorização.

A íntegra do decreto pode ser conferida no DOE (Diário Oficial do Estado), que circulou na quarta-feira (18).

Deverão ser, obrigatoriamente, informadas ao chefe do Executivo, antes de iniciar o procedimento, medidas sobre licitações para obras, fornecimento de bens e prestação de serviços, inclusive, na modalidade pregão; contratação por dispensa de licitação ou por inexigibilidade e adesões a atas de registros de preços, inclusive na forma de carona.

Porém, estes mesmos procedimentos que sejam inferior a R\$ 80 mil estão dispensados de comunicação prévia.



Também serão de conhecimento prévio as contratações temporárias, de estagiários, terceirizações de mão de obra, assinaturas de convênios ou recebimento de recursos e quaisquer outros atos vinculados às despesas.

Se for identificada ausência de autorização do Executivo nas contratações, a AGE (Auditoria Geral do Estado) comunicará a Sefaz (Secretaria de Estado de Fazenda), que promoverá o bloqueio do pagamento, até que a situação seja regularizada.

Antes de liberar qualquer pagamento, o secretário de Fazenda, Edmilson dos Santos, deverá apresentar ao governador do Estado a relação das despesas liquidadas a pagar, com a indicação da unidade orçamentária, credor e valor.

Por outro lado, o secretário de Administração, César Zilio, deverá apresentar relatório mensal a respeito da evolução dos gastos referentes ao consumo de energia elétrica, telefone e obrigações tributárias das unidades administrativas do Estado.

Limitação

Ao anunciar medidas para economizar até R\$ 1 bilhão neste ano, o governador Silval Barbosa ressaltou que haverá limites na capacidade de investimentos. "Havendo superávit (saldo positivo), vamos priorizar o que está deficitário. Atingindo novos superávits passará para investimento das secretarias estaduais. Até fazermos uma avaliação da arrecadação, o orçamento estará bloqueado para investimentos", comentou Silval.

Copa do Mundo

Questionado a respeito de dificuldades em investir nas obras da Copa do Mundo, diante da contenção de gastos, Silval afirmou que não haverá dificuldades neste sentido.

"As obras para a Copa do Mundo não terão interrupção de investimentos. Já conseguimos o financiamento do VLT (Veículo Leve Sobre Trilho) e o programa de mobilidade urbana transcorrerá tranquilamente", declarou.

O Estado também não planeja cortar gastos em outros dois setores considerados essenciais.

"Estamos buscando meios para lançar um programa para interligar todos os municípios de Mato Grosso com pavimentação asfáltica. O programa de habitação popular também não será atingido pelo corte de despesas", reforçou o governador.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=1&idnot=75247>

UPAs devem ficar prontas em oito meses



Da Redação

As duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que serão construídas em Cuiabá, nos bairros Pascoal Ramos e Morada do Ouro, serão peças importantes para reduzir demandas dos casos de urgência e emergência no setor público de saúde da Capital. A avaliação é do secretário Municipal de Saúde, Lamartine Godoy Neto.

Para Godoy as UPAs serão serviços diferenciados nas áreas de urgência e emergência. "Isto irá desafogar os atendimentos prestados nas demais unidades do município, como Pronto Socorro de Cuiabá e policlínicas".

Lamartine calcula que as futuras UPAs - que devem ser operacionalizadas dentro de oito meses -, representam a expectativa da população para que o atendimento ocorra de maneira ágil, fator importante para o salvamento de vidas na maioria das ocorrências.

Respectivamente, as novas unidades foram orçadas em R\$ 3,70 milhões (Pascoal Ramos) e R\$ 3,84 milhões (Morada do Ouro), investimentos procedentes do governo federal, com contrapartida da Prefeitura de Cuiabá.

Conforme o superintendente de Atenção Hospitalar da Saúde, Fábio Liberalli, as UPAs têm por característica promover uma assistência de maior complexidade, capacidade e resolutividade. "O atendimento diário de cada UPA pode chegar a 300 pacientes. Com isso, o PS tende a se tornar referência para exercer sua função original, a de urgência e emergência hospitalares", disse ele.

Segundo a coordenadora de Atenção Secundária, Michele Kim, a previsão é de que sejam seis médicos plantonistas em cada UPA e 18 leitos de observação 24 horas/dia. "As UPAs atuam com a finalidade de promover o atendimento (estabilização) para casos de urgência e emergência. Na sequência, conforme a gravidade do paciente, ele é encaminhado para uma unidade especializada", explicou. (Com Assessoria)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=405493>

SAÚDE

CRM constata a precariedade do Pronto-socorro de VG

ALECY ALVES
Da Reportagem

A infraestrutura precária, a falta de médicos plantonistas e equipamentos, além de pacientes internados há meses à espera de cirurgias estão entre os principais problemas constatados ontem por representantes do Conselho Regional de Medicina (CRM) no Pronto-Socorro e Hospital Municipal de Várzea Grande.



A presidente do Conselho, Dalva Alves das Neves, e outros profissionais que integram a diretoria do órgão, chegaram de surpresa na unidade hospitalar, no início da tarde.

Inúmeras queixas de médicos e usuários motivaram mais essa visita ao Pronto Socorro.

Na semana passada, conforme Dalva Neves, durante dois dias o hospital deixou de fazer cirurgias.

Na terça-feira, o procedimento não foi feito por falta de cirurgião, e, na quinta-feira, porque não havia anestesista no quadro de plantonistas.

Na próxima terça-feira, o CRM deve concluir um relatório sobre essa visita, com fotos e avaliações sobre condições de higiene, qualidade dos equipamentos e medicamentos e fluxo de atendimento.

O relatório será enviado ao Ministério Público Estadual e a outras instituições pedindo providências. O Conselho promete também divulgar o relatório.

Dalva observa que o pronto-socorro funciona precariamente, porém é importante reconhecer que, mesmo assim, registrou melhoria. Como exemplo, ela citou as duas novas salas de cirurgia que começaram a funcionar recentemente.

O secretário de Saúde de Várzea Grande, Marcos José da Silva, procurado por telefone, pediu alguns minutos para levantar informações sobre a visita junto aos diretores do PSM e, posteriormente, não foi mais localizado.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=405495>

SERVIÇO PÚBLICO

Agente de segurança em extinção

Não contemplado nos últimos concursos públicos, cargo que cuida da segurança de escolas e outros prédios públicos deve acabar

GERALDO TAVARES/DC



ANA ADÉLIA JÁCOMO

Da Reportagem

O cargo de agente de segurança municipal está em processo de extinção em Cuiabá. Hoje apenas 16 pessoas estão nessa atividade, que consiste em prestar segurança em prédios públicos - como escolas e secretarias - e em eventos como procissões, corridas de rua e outros. E o cargo não foi contemplado nos concursos públicos abertos recentemente pela prefeitura para contratar 943 novos funcionários.

Os agentes trabalham 6 horas por dia e ganham cerca de R\$ 800 mensais, mesmo tendo nível superior. O secretário-adjunto de Esportes e Cidadania de Cuiabá,

Marcos Tadeu Leque Diniz, conta que já houve uma reunião com a equipe da Secretaria da Copa (Secopa), que solicitou à prefeitura mais 300 agentes de segurança até 2014.

Marcos diz que já requereu um concurso público para contratação de 420 novos funcionários, incluindo 200 agentes, mas que ainda não obteve resposta do Chefe do Executivo. “Daqui a dois anos metade do efetivo da diretoria de desporto estará aposentada e precisamos de um concurso urgentemente”, afirmou o secretário.

A reportagem esteve na sede improvisada dos agentes de segurança, que fica no Centro Esportivo João Balduino Curvo, no bairro Quilombo, mas não os encontrou no local.

Apenas duas mulheres, que fazem parte da administração do ginásio, estavam presentes e disseram que eles ficam no espaço apenas pela manhã. No entanto, o secretário disse que todos os 16 estão em férias coletivas.

Criada em 2004 pelo ex-prefeito Wilson Santos, a categoria vem lutando por melhorias há algum tempo. Apenas 10 motocicletas são disponibilizadas para os profissionais.

Em julho do ano passado os agentes foram até a Câmara Municipal de Cuiabá para exigir melhorias à categoria. Na oportunidade, eles declararam que não tinham as condições mínimas de trabalho, como telefone, sede própria e internet.

Vale lembrar que os agentes não são autorizados a trabalhar com armas de fogo e protegem apenas prédios públicos. Eles usam apenas cassetetes e coletes à prova de balas. Os treinamentos são feitos pela Polícia Militar.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=405496>



Ginásio do Quilombo, em Cuiabá: ele é um dos que devem passar por reforma, segundo a prefeitura

Cobrança indevida por serviço prestado pelo



SUS pode ser punida

SÃO PAULO - Os prestadores de serviços do SUS (Sistema Único de Saúde) que cobrarem por procedimentos poderão ser punidos, se aprovado o projeto de lei 2498/11.

O projeto determina que será caracterizada a cobrança quando houver exigência de qualquer valor dos pacientes. A medida valerá para procedimentos como consulta, insumos, medicamentos, exames e transportes, entre outros.

Segundo a Agência Câmara, as punições irão de multas até a suspensão definitiva da prestação de serviço ao SUS. O valor das multas será de dez vezes o valor cobrado indevidamente e, em caso de reincidência, de 25 vezes o montante cobrado do paciente.

A proposta prevê que até mesmo em caso de ameaça de cobranças por atendimentos ou procedimentos haverá punição, com advertência e multa de um salário mínimo regional.

Apuração

O projeto determina que as apurações e as execuções das penalidades devem acontecer em um prazo de 30 dias, respeitando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

“A gratuidade do atendimento no SUS é determinada por lei. Nenhuma instituição de saúde contratada ou conveniada ao SUS, independentemente de sua natureza jurídica, pode sob qualquer argumento efetuar cobrança do usuário do sistema”, argumentou o autor do projeto, deputado Chico D’angelo (PT-RJ).

Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: <http://www.portaldodoconsumidor.gov.br>

<http://www.brasilsus.com.br/noticias/nacionais/111818-cobranca-indevida-por-servico-prestado-pelo-sus-pode-ser-punida.html>